

Esporte adaptado de alto rendimento como estratégia de inclusão social: uma revisão integrativa sobre evidências em atletas com deficiência física

High-performance adapted sport as a strategy for social inclusion: an integrative review of evidence in athletes with physical disabilities

Deporte adaptado de alto rendimiento como estrategia de inclusión social: una revisión integral de la evidencia en atletas con discapacidad física

DOI: 10.54901/educa.v9-488

Pref^o. Me. André Gama Barro¹

Prof.^a. Me. Cecília Creuza Melo Lisboa Holanda²

Pref^o. Dr. Yomarley Lopes Holanda³

Prof.^a. Me. Suelen Coelho Lima de Andrade⁴

Prof.^a. Me Núbia da Costa Pantoja⁵

RESUMO: O esporte trouxe mudanças significativas para a sociedade e ajuda pessoas com deficiência física a alcançarem a inclusão social por meio do esporte de alto rendimento. Nesse cenário, torna-se fundamental analisar, com base em evidências científicas, os impactos dessa prática nas diferentes dimensões da vida desses sujeitos. Esta pesquisa analisa como o esporte de alto rendimento impacta diretamente as dimensões físicas, psicológicas e sociais de atletas com deficiência física por meio de uma revisão integrativa. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, Connected Papers e no Portal de Periódicos da CAPES, incluindo publicações nacionais e internacionais entre 2000 e 2024, utilizando os descritores esporte adaptado, alto rendimento, deficiência física e inclusão social. Estudos e revisões de literatura revisados por pares e que abordassem especificamente atletas e praticantes de atividades físicas em cadeira de rodas também foram incluídos. Os resultados mostram benefícios físicos (aumento da força, maior liberdade de locomoção e agilidade), psicológicos e sociais (maior visibilidade social, realização do potencial individual, fortalecimento da identidade esportiva e maior cidadania). Considera-se também que o desporto adaptado de alto rendimento é um meio eficaz de inclusão, transformação e mudança social que permite às pessoas com deficiência superar a discriminação por meio do esporte.

Palavras-chave: esporte adaptado; alto rendimento; deficiência física; inclusão social.

¹ Doutorando em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: andrebarros23@gmail.com

² Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: clisboa@uea.edu.br

³ Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Estadual do Amazonas, Amazonas, Brasil.
E-mail: yholanda@uea.edu.br

⁴ Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: suelenclima@yahoo.com.br

⁵ Doutoranda em Educação, Ivy Enber Christian University, Flórida, Estados Unidos.
E-mail: nubia.pantoja@semed.manaus.am.gov.br

1 INTRODUÇÃO

A deficiência física configura-se como uma condição que pode acarretar limitações motoras permanentes ou temporárias, influenciando diretamente a participação social dos indivíduos. Historicamente, pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão, estigmatização e invisibilidade social, marcados por barreiras arquitetônicas, culturais e atitudinais que restringiram sua inserção em diferentes esferas da vida social.

Nas últimas décadas, avanços nas políticas públicas, nos marcos legais e nos movimentos sociais ampliaram a compreensão sobre a deficiência, deslocando-a de uma perspectiva estritamente biomédica para um modelo social, que reconhece a influência do ambiente e das estruturas sociais na produção das desigualdades. Nesse contexto, a prática esportiva emerge como importante instrumento de inclusão, reabilitação e promoção da cidadania.

O esporte, enquanto fenômeno sociocultural contemporâneo, ultrapassa sua dimensão competitiva e assume papel formativo, identitário e integrador. No âmbito da deficiência física, o esporte adaptado tem se consolidado como estratégia relevante para o desenvolvimento físico, psicológico e social dos indivíduos, especialmente no contexto do alto rendimento. Modalidades como atletismo paralímpico, basquetebol em cadeira de rodas e natação adaptada têm ampliado a visibilidade das pessoas com deficiência e contribuído para a ruptura de estigmas historicamente construídos.

Para usuários de cadeira de rodas, o esporte adaptado de alto rendimento não se limita à competição, mas constitui espaço de reconstrução identitária, fortalecimento da autoestima, ampliação da autonomia e melhoria da qualidade de vida. Estudos apontam benefícios relacionados ao aumento da força muscular, melhora da coordenação motora, capacidade cardiorrespiratória, equilíbrio e flexibilidade, além de impactos positivos na autoimagem e no reconhecimento social.

Apesar do crescimento do movimento paralímpico e da ampliação do debate acadêmico sobre inclusão, ainda são incipientes as sistematizações que integrem, de forma estruturada, os diferentes impactos do esporte adaptado de alto rendimento na vida de atletas cadeirantes. Observa-se a predominância de estudos isolados sobre aspectos físicos ou psicossociais, sem uma análise integrativa que contemple a multidimensionalidade dessa prática.

Diante desse cenário, o presente estudo objetiva analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, os impactos do esporte adaptado de alto rendimento na vida de pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas, identificando evidências relacionadas às

dimensões físicas, psicológicas e sociais.

A relevância desta investigação reside na necessidade de consolidar conhecimentos que possam subsidiar políticas públicas, práticas pedagógicas e intervenções esportivas fundamentadas em evidências científicas, contribuindo para o fortalecimento da inclusão social por meio do esporte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Deficiência Física: Quadro Geral e Perspectiva Social

A deficiência física envolve o comprometimento do aparelho locomotor, incluindo os sistemas osteoarticular, muscular e nervoso. As enfermidades ou lesões que afetam um ou mais desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem resultar em limitações físicas de diferentes graus e gravidades, dependendo dos segmentos corporais afetados e do tipo de lesão (Schirmer et al. 2007).

De acordo com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, a deficiência física define-se como sendo:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Brasil, 2024a).

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) – Pessoas com Deficiência 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com aproximadamente 18 milhões de pessoas com deficiência, representando 9% da população brasileira (IBGE, 2023). Trata-se de um público que ainda enfrenta muitas barreiras e limitações como inexistência de lugares adaptados, dificuldade de acesso à educação e ao mercado e trabalhos, entre outros. Conquanto, conforme observa Gomes et al. (2013), os principais obstáculos são o preconceito e o descaso, embora se saiba que muitos têm condições de levar uma vida normal.

Amaral (1991) argumenta que a deficiência nunca passa despercebida, pois desafia o que é considerado familiar, simétrico, belo e perfeito e o deficiente representa a própria imperfeição, com suas limitações e vulnerabilidade.

Nas palavras da autora:

[...] o deficiente é a própria encarnação da assimetria, do desequilíbrio, das disfunções. Assim, sua desfiguração, sua mutilação, ameaça intrinsecamente as bases de existência do outro... O outro, o diferente, o deficiente, representa muitas e muitas coisas (Amaral, 1991, p. 190).

Diante dessa realidade, sentimentos de estranheza, medo, pena e repulsa tornam-se comuns nas interações entre pessoas com e sem deficiência, refletindo a dificuldade de aceitação do diferente. Isso contribui para a rejeição e o preconceito, negando a cidadania das pessoas com deficiência. D'Amaral (2008) enfatiza que o desrespeito aos direitos humanos das pessoas com deficiência é um dos mais graves problemas sociais, mas ainda pouco reconhecido na consciência social brasileira.

Para a autora, o estigma afeta a pessoa com deficiência de forma tão profunda que acaba por colocá-la em um mundo marcado pela indiferença e pela discriminação.

É como se o mundo já não experimentasse as grandes perspectivas de inclusão que vêm sendo construídas como soluções mais humanas e eficazes, disseminando a ideia de inclusão social da pessoa com deficiência e de normalização de sua vida (D'Amaral, 2008, p. 37).

O fato é que a “cidadania usurpada das pessoas com deficiência”, continua sendo um dos mais preocupantes problemas sociais do país que parece ainda não fazer “parte da consciência social brasileira” (D'Amaral, 2008, p. 35). Nas afirmações de Santos (2009, p. 4), o tratamento constitucional tardio contribuiu para a situação de exclusão em que este segmento sempre esteve imerso e que continua sendo visto como “um mero espectro a vagar inerte no meio da vida social [...] ‘invisíveis’, sem nenhuma referência”.

Diante dessas condições, as propostas de conscientização desenvolvidas devem, segundo D'Amaral (2008), contribuir para que a sociedade compreenda o significado da diferença, transformando-a em igualdade e encontrando caminhos, entre tantos possíveis, que favoreçam a pessoa com deficiência. Todavia,

[...] para que esse caminho comece a ser trilhado, antes de mais nada, precisamos entender nosso olhar sobre a deficiência. A primeira dificuldade é resultante do medo: o medo de olhar a pessoa com deficiência no que ela nos é diferente, no que nos mostra de perda [...]. A segunda dificuldade é que a enorme discriminação imposta ao problema passa, indiscutivelmente, pela questão da alteridade, de entendermos a diferença, de nos confrontarmos com ela. A sociedade tem, certamente, uma enorme dificuldade em entender o outro, o diferente, e aceitá-lo. E sua busca pela excelência impõe regras definitivas às minorias e aos diferentes, excluindo a deficiência (D'Amaral, 2008, p. 45).

A propósitos dessas observações, mudanças significativas têm ocorrido no mundo e no Brasil no que se refere à integração social das pessoas com deficiência, com muitas estratégias sendo empregadas para eliminar a imagem estereotipada de prostração e inatividade dessa população. Entre essas estratégias, destaca-se o esporte, que se impõe como uma alternativa promissora para a evolução psicossocial das pessoas com deficiência, revelando-se como um dos quesitos essenciais para que a pessoa com deficiência possa atingir a dimensão total de inclusão social, especialmente por ser uma condição simples, acessível e eficiente, “que muito contribui para que a pessoa [...] tome parte do seu lugar na sociedade” (Barrozo et al. 2012, p. 18).

Logo, o esporte se destaca como uma possibilidade importante de inclusão social. Com sua simplicidade, acessibilidade e eficiência, favorece a participação ativa das pessoas com deficiência na sociedade. Além de promover a interação social, o esporte desafia preconceitos e estereótipos, permitindo que indivíduos com deficiência ocupem seu espaço social de forma plena. Esse contexto reforça o esporte como um elemento democratizante, que vai além do lazer e da saúde, viabiliza autonomia, autoestima e sentimento de pertencimento.

2.2 O Esporte na Sociedade Contemporânea – um Pouco de História, Condições Atuais e Importância para a Sociedade

O esporte tem sido uma presença marcante no cotidiano da humanidade, desempenhando um papel significativo na transmissão de valores e na interação social entre as pessoas. “O esporte propicia a busca por um mundo sem guerras, une as pessoas e promove a paz e a luta por questões que afligem a humanidade”, destaca Areias (2017, p. 2), ressaltando que o Brasil, nos últimos anos, foi sede de grandes eventos esportivos, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo e o Pan-Americano, o que trouxe ao país um forte sentimento esportivo, digno de ser cultivado por todos os brasileiros.

Segundo Galatti (2017, p. 2), o esporte configura-se como um dos maiores fenômenos socioculturais das últimas décadas, sendo inegável sua presença em diversas sociedades, refletindo e promovendo valores e comportamentos, além de interagir com aspectos políticos, econômicos e religiosos que emergem das relações humanas. Ao historicizar o tema, Tubino (2010) relata que o esporte pode ser classificado em esporte antigo, moderno e contemporâneo. O Esporte Antigo ocorreu da Antiguidade até a primeira metade do século XIX. Nessa época, as práticas esportivas eram bastante diferentes das atuais, daí serem denominadas de Práticas Pré-esportivas. Algumas tinham caráter utilitário para a própria sobrevivência das pessoas e

para as preparações para as guerras (marchas, caminhadas, esgrima, lutas e assim por diante). Com o tempo, muitas práticas pré-esportivas desapareceram, outras se transformaram em Esportes Autótonos¹.

O Esporte Moderno foi criado pelo inglês Thomas Arnold, a partir de 1820, dando início institucional das práticas esportivas existentes, codificando-as por meio de regras e entidades. Sua ideia se espalhou rapidamente por toda a Europa e começaram a surgir os clubes esportivos originados no Associacionismo inglês, que se transformou em primeiro suporte para a Ética Esportiva. Recebeu grande estímulo com a restauração dos Jogos Olímpicos por parte de Pierre de Coubertin, em 1896, em Atenas, e o reinício do movimento olímpico consolidou o Esporte e ainda trouxe o segundo suporte da Ética esportiva: o Fair-play² (Tubino, 2010).

Quanto ao Esporte Contemporâneo, este tem seu início no final da década de 1980, tendo como marco a Carta Internacional de Educação Física e Esporte (Unesco, 1978), na qual ficou o reconhecimento de que práticas esportivas são direito de todas as pessoas. Segundo Tubino (2010), esse pressuposto rompeu com a perspectiva anterior do Esporte Moderno de que o Esporte era uma prerrogativa dos talentos e anatomicamente indicados. Ou seja, o Esporte sai da perspectiva única do rendimento para a perspectiva do direito de todos às práticas esportivas. Nesta nova perspectiva, afirma o autor, passa o esporte a ter ampla abrangência social, a compreender todas as pessoas, independentemente das suas idades e de suas condições físicas, ou sejam passou-se a defender a inclusão social no esporte.

No Brasil, a esportivização acontece em meados da década de 1940, momento em que a Educação Física passa a ser influenciada pelo Método Desportivo Generalizado, que procurava agregar o conteúdo esportivo à Educação Física, enfatizando o aspecto lúdico, tendo como objetivo iniciar os alunos nos diferentes esportes, por meio dos jogos (Dantas Junior, 2008). Nas observações de Oliveira (2007, p. 16): “Este método não visualiza o esporte como um fim, mas um meio de formação e de preparação para a vida”

Em tempos mais atuais, o esporte não representa tão somente uma competição: vai muito além das disputas dentro dos ginásios e estádios, pois sua importância como ferramenta de inclusão social cresce cada vez mais. Exemplo disso é que o ano de 2005 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano do Esporte para a Paz e o Desenvolvimento (Marques, 2005). Embora muitos discordem do esporte como instrumento de inclusão social, com a alegação de que é impossível a sua utilização para a autonomia e emancipação dos indivíduos das camadas mais pobres porque tende a selecionar os melhores, o esporte tem sido de suma importância para retirar pessoas da condição de vulnerabilidade social. Nas ponderações de Silva e Pontes (2013) é notório que a prática esportiva contribui

para que estas pessoas desenvolvam hábitos saudáveis, encontrem seus caminhos e conquistem suas metas, uma vez que estimular a disciplina, o trabalho em equipe, o respeito ao adversário, além de melhorar a autoestima, e proporcionar ascensão financeira e social.

Na mesma linha de reflexão, Oliveira et al. (2011) comentam, que o esporte é fenômeno social praticado por pessoas de diferentes classes sociais e idades.

Seu conceito sofreu transformações ao longo dos últimos anos, deixando de ser visto apenas como um simples lazer ou competição. Através do esporte que também é visto como uma atividade econômica obtém-se benefícios em diversos segmentos da vida, como, por exemplo, no aspecto biológico, psicológico e social da saúde (Oliveira et al. 2011, p. 2).

Ao dar um parecer sobre o reconhecimento do esporte como canal de socialização, Vianna e Lovisolo (2011) argumentam que em meio ao crescente número de projetos esportivos destinados aos jovens de classes menos favorecidas estão os programas alternativos paralelos à educação formal, de iniciação profissional e educação por meio do esporte e do trabalho, que surgiram na década de 1980, como oposição a socialização exercida pelo crime organizado em favelas. Sob esta perspectiva, a procura do esporte pelos sujeitos das camadas mais populares e mais empobrecidas, funcionaria como um meio de elevação social, particularmente por aqueles que residem em comunidades violentas, para quem o esporte pode representar uma forma de autorrealização e de superação da condição de não ter direitos de cidadania plena.

Corroborando com esta assertiva, Oliveira et al. (2011, p. 4) afirmam que os benefícios do esporte são muitos e amplos, podendo considerá-lo até mesmo como uma forma de minimizar o índice de violência nas regiões onde é inserido, considerando que este fenômeno contribui para o cumprimento de regras, elemento vital para a vida em sociedade. Afinal, “as regras no esporte existem para manter as práticas sob controle, buscando uma diminuição dos níveis de violência”.

Assim, não restam dúvidas de que o esporte é uma estratégia capaz de auxiliar no processo de desenvolvimento social e de saúde dos indivíduos, sejam jovens e/ou adultos, especialmente aqueles que carecem de ascensão social, que encontram no esporte incentivo para suas lutas e vitórias, conjugadas ao sentimento de cooperação e amizade. O esporte, frisam Vianna e Lovisolo (2011, p. 294) “é um meio importante de socialização por conseguir atingir valores como coletivismo, amizade e solidariedade, que são relevantes para vencer as agruras da pobreza”.

O arcabouço jurídico brasileiro, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 e das legislações subsequentes, passou a reconhecer o esporte como direito social, ampliando

as possibilidades de participação da pessoa com deficiência nas políticas públicas esportivas e consolidando bases normativas para o desenvolvimento do esporte adaptado, ampliando formalmente o reconhecimento do esporte como direito social.

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (Brasil, 2024b).

Entretanto, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece o esporte como direito social, ampliando formalmente a inclusão da pessoa com deficiência nas políticas esportivas. Contudo, a existência normativa não garante, por si só, a democratização do acesso ao alto rendimento, que permanece condicionado a recursos financeiros e infraestrutura especializada. Para além dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, existem também outros dispositivos legais que garantem o direito ao esporte para pessoas com deficiência, como a Lei nº 9.615/1998 (Conhecida também como Lei Pelé), que trata da política esportiva brasileira, conhecida como Lei Pelé (Brasil, 2024c). Essa norma, comenta Oliveira et. al. (2011, p. 4) instituiu outras normas gerais sobre o desporto, pois “traz algumas definições de prática desportiva e reconhece o desporto em diferentes manifestações”.

Em 2004, foi sancionada a Lei nº 10.891 que instituiu a Bolsa Atleta, revogada em 2023, pela Lei nº 14.597, que instituiu a Lei Geral do Esporte. Ambas as leis preconizam a um benefício financeiro pago ao praticante de uma ou mais modalidade esportiva. Trata-se de mais uma política incentivadora que promove a prática do esporte entre os brasileiros, privilegiando prioritariamente os atletas olímpicos e paraolímpicos de alto rendimento, porém atingindo também, de maneira subsidiária, aqueles que não fazem parte desse tipo de programa, inclusive inserindo a modalidade de bolsa exclusiva para atletas estudantes (Brasil, 2024d).

Em 2006, o Estado, sancionou a Lei nº 11.438, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo (Brasil, 2024c). Esta lei estimula o desenvolvimento do esporte no país, visto que se trata de uma política de incentivo ao patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos, permitindo que os colaboradores tenham uma dedução proporcional ao fomento no imposto de renda (Brasil, 2024e).

2.3 O Cadeirante e o Esporte Adaptado de Alto Rendimento: as Práticas Esportivas Como Fator de Saúde e Visibilidade Social

Para os deficientes físicos, o esporte pode representar a redescoberta de uma vida mais ampla e global e ainda promover a inclusão social. “Para as pessoas com deficiência, praticar esportes pode representar muito mais que saúde”, assinala Limas (2017, p. 2). Nas ponderações de Ribeiro (2009), a prática regular de prática esportiva por pessoas com deficiência física pode ter três objetivos distintos: lazer, terapêutico e competição.

Nesta perspectiva, Bagnara (2010, p. 2), comenta que:

O deficiente pode praticar exercícios ou esportes simplesmente pelo fato de lazer ou diversão, da mesma forma que a maioria das pessoas tidas como normais. Pode ainda, aperfeiçoar esta prática, treinar e evoluir consideravelmente até participar de competições desportivas da modalidade em questão. Ou, pode estar inserido na prática de esportes ou exercícios como forma de recuperação física, emocional e até mesmo social.

A prática esportiva por parte dos deficientes físicos encontra-se em transformação, com o número de praticantes crescendo a cada dia. Neste contexto, insere-se o esporte adaptado, um termo utilizado apenas no Brasil, que consiste em uma possibilidade de prática para pessoas com deficiência. Trata-se de um fenômeno global que vem despertando a atenção, em decorrência de suas características particulares e pelas possibilidades de ascensão social, oportunidade de práticas em condições de igualdade e melhoria da aptidão física dos deficientes físicos (Costa et al. 2013). A busca por este tipo de esporte por parte dos deficientes físico, vem ocorrendo em razão do desenvolvimento técnico e tecnológico, que garantiu ao esporte adaptado o status de esporte de alto rendimento ou de alto nível, sendo exemplo disso, os grandes eventos como os jogos Paraolímpicos, que “são evento que reúne a elite do esporte adaptado em âmbito mundial” (Ribeiro, 2009, p. 45).

Historicizando a questão, Melo e López (2002) relatam que os esportes para os deficientes tiveram início a 56 anos atrás, na época da Segunda Guerra Mundial, quando um médico inglês, teve a ideia de aumentar a integração dos deficientes à sociedade, proporcionando-lhes atividades que os ajudassem a trabalhar a mente e o corpo, objetivando uma melhor reabilitação física e mental.

Ao final da guerra, criou-se uma situação emergencial, fazendo-se necessário a construção de centros de reabilitação e treinamento vocacional. Os programas de reabilitação destes diferentes centros perceberam que os esportes eram um importante auxiliar na

reabilitação dos veteranos de guerra que adquiriram algum tipo de deficiência (Melo; López, 2002).

Desde então, o que começou de maneira lenta e com desconfiança, nos últimos tempos, se acelerou e ganhou espaço, trilhando um caminho estabelecido pelos órgãos internacionais em convenções da área. De acordo com Bagnara (2010, p. 2) este caminhado ora trilhado contempla a incorporação e a efetivação de orientações e a busca de evoluções nos diversos campos do conhecimento do esporte adaptado, possibilitando aos deficientes físicos, uma participação cada vez mais efetiva e consistente neste campo de atuação esportivo. E assim foram sendo criadas e adaptadas várias modalidades esportivas para diferentes tipos de deficiências, em diversas competições, beneficiando atletas amadores e profissionais, baseadas na classificação funcional. No Quadro 2 abaixo, lista-se as variedades disponíveis.

Quadro 2. Modalidades esportivas adaptadas para usuários de cadeira de rodas e suas exigências corporais

Modalidade	Principais exigências corporais	Perfil funcional indicado
Arco e Flecha	Força de membros superiores (corridas em cadeira); potência explosiva; resistência cardiorrespiratória; coordenação e equilíbrio	Atletas com bom controle de membros superiores; pode ser praticado sentado ou em pé (amputados e lesados medulares)
Atletismo (provas de pista e campo)	Força de membros superiores (corridas em cadeira); potência explosiva; resistência cardiorrespiratória; coordenação e equilíbrio	Atletas com diferentes níveis de comprometimento físico classificados funcionalmente
Esgrima em cadeira de rodas	Rapidez de membros superiores; coordenação motora; tempo de reação; estabilidade de tronco	Rapidez de membros superiores; coordenação motora; tempo de reação; estabilidade de tronco
Halterofilismo (Power lifting Paralímpico)	Força máxima de membros superiores e peitoral; estabilidade de tronco; controle respiratório	Atletas com deficiência física que possuam comprometimento predominantemente em membros inferiores
Iatismo (Vela adaptada)	Coordenação motora; equilíbrio; tomada de decisão; resistência mental; controle de membros superiores	Coordenação motora; equilíbrio; tomada de decisão; resistência mental; controle de membros superiores
Tiro esportivo	Controle motor fino; estabilidade de membros superiores; controle respiratório; concentração elevada	Atletas sentados ou em pé com boa estabilidade postural e coordenação manual

Fonte: elaborado pelo autor (2026) a partir das premissas de Melo e López (2002).

A classificação funcional no esporte adaptado permite que atletas com diferentes níveis de comprometimento físico compitam em condições de equidade. A escolha da modalidade pode considerar aspectos como nível de controle de tronco, força de membros superiores, resistência cardiorrespiratória e estabilidade postural, favorecendo melhor adaptação às

exigências específicas de cada prática esportiva.

Como se pode observar, o leque de opções é grande e com boa adequação para as pessoas com deficiência, podendo ser praticado em ambientes integrados, nos quais esses indivíduos têm a oportunidade de interagir com os não-deficientes. Nas considerações de Marques et al. (2009, p. 369: “O ambiente da prática engloba a esfera social em que se realiza [...] É o campo de realizações nos quais as modalidades esportivas se concretizam, pautadas em sentidos que a contextualizam e lhe dão significado”.

A literatura analisada na presente revisão integrativa evidência que o esporte adaptado de alto rendimento produz impactos multidimensionais na vida de atletas usuários de cadeira de rodas, abrangendo aspectos físicos, fisiológicos, psicológicos e sociais, conforme sintetizado a seguir.

Quadro 3. Benefícios do esporte adaptado de alto rendimento para atletas usuários de cadeira de rodas

Dimensão	Benefício identificado	Mecanismos e impactos observados
Física / Motora	Melhora da coordenação motora	Aprimoramento do controle neuromuscular e da precisão dos movimentos de membros superiores
	Aumento da força muscular	Desenvolvimento da musculatura de membros superiores e estabilizadores de tronco
	Melhora do equilíbrio e estabilidade postural	Maior controle de tronco e adaptação funcional na cadeira de rodas
Fisiológica	Aumento da capacidade cardiorrespiratória	Melhoria da eficiência pulmonar e cardiovascular por meio de estímulos aeróbicos regulares
	Redução de dores musculoesqueléticas	Fortalecimento muscular associado à melhora da biomecânica funcional
	Prevenção de complicações secundárias	Redução do risco de sedentarismo, obesidade e doenças metabólicas
Psicológica e Social	Fortalecimento da autoestima	Construção da identidade esportiva e percepção positiva das próprias capacidades
	Promoção da inclusão social	Ampliação da participação social e redução de barreiras atitudinais
	Desenvolvimento da autonomia e Redução do estigma social	Maior independência funcional e social Visibilidade positiva do atleta com deficiência em ambientes competitivos

Fonte: elaborado pelo autor (2026) a partir das premissas de Bagnara (2010).

Resumindo, o esporte adaptado e de alto rendimento vem se revelando como processo substancialmente relevante para que o deficiente físico e/ou cadeirante rompa as barreiras da exclusão, da desigualdade, dos preconceitos. A criação de nichos esportivos adaptado às capacidades desses indivíduos, representa uma forma de movimento de inclusão social, oportunizando vivências enriquecedoras, destacando não as limitações, mas as potencialidades que precisam ser descobertas e não ignoradas.

2.4 Tensões e Limites do Esporte Adaptado de Alto Rendimento: Entre Potência Inclusiva e Desafios Estruturais

Embora a literatura analisada evidencie impactos positivos do esporte adaptado de alto rendimento nas dimensões física, psicológica e social, faz-se necessário reconhecer que esse campo não está isento de tensões e contradições. A inclusão social mediada pelo alto rendimento não ocorre de forma homogênea, tampouco alcança todos os sujeitos com deficiência física. Para além dessa perspectiva normativa, sob uma perspectiva ampliada, no campo esportivo, a inclusão ultrapassa o simples acesso às práticas corporais, implicando reconhecimento social, visibilidade pública e reconstrução identitária — dimensões particularmente evidentes no contexto do alto rendimento.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que o acesso ao esporte de alto rendimento permanece restrito a uma parcela reduzida da população com deficiência. A trajetória até o nível competitivo exige infraestrutura adequada, equipamentos específicos, apoio técnico especializado, classificação funcional e inserção em redes institucionais consolidadas. Em um país marcado por desigualdades regionais e socioeconômicas, essas condições não estão distribuídas de maneira equânime. Assim, se por um lado o alto rendimento amplia a visibilidade social de atletas com deficiência, por outro, pode produzir uma inclusão seletiva, centrada naqueles que conseguem ultrapassar barreiras estruturais significativas.

Outro aspecto relevante diz respeito à dependência de financiamento público e de políticas governamentais de incentivo. Programas como bolsas esportivas e leis de incentivo fiscal desempenham papel decisivo na permanência do atleta no cenário competitivo. Entretanto, a instabilidade política e econômica pode comprometer a continuidade desses investimentos, tornando a trajetória esportiva vulnerável. A sustentabilidade do esporte adaptado de alto rendimento, portanto, não depende apenas do desempenho individual, mas de uma estrutura macro institucional que nem sempre se mantém estável ao longo do tempo.

No plano subjetivo, o alto rendimento também impõe pressões psicológicas importantes.

A busca por performance máxima, marcas expressivas e resultados competitivos pode gerar sobrecarga emocional, medo de fracasso, ansiedade e intensificação do autocontrole corporal. Nesse contexto, emerge uma tensão entre o corpo enquanto espaço de emancipação e o corpo enquanto instrumento de rendimento. A experiência esportiva, que inicialmente pode representar reabilitação, reconstrução identitária e pertencimento, passa também a estar atravessada por exigências técnicas, disciplina rígida e expectativas externas.

Essa tensão conduz a uma reflexão mais ampla: até que ponto o reconhecimento social da pessoa com deficiência passa a estar condicionado à sua produtividade atlética? O risco implícito é a valorização do “corpo produtivo”, performático e medalhista, em detrimento do “corpo cidadão”, que tem direito à dignidade, participação e reconhecimento independentemente de resultados esportivos. Se a inclusão for pautada exclusivamente pelo êxito competitivo, corre-se o risco de reproduzir uma nova forma de hierarquização, agora baseada na capacidade de desempenho.

Diante dessas questões, impõe-se uma problematização fundamental: o esporte adaptado de alto rendimento promove inclusão para todos ou para poucos? Embora seja inegável seu potencial transformador, especialmente na construção da identidade atlética e no enfrentamento do estigma, sua capacidade inclusiva não pode ser analisada de forma romantizada. O alto rendimento amplia horizontes, mas não substitui políticas estruturais de acessibilidade, educação inclusiva, empregabilidade e garantia de direitos sociais mais amplos.

Assim, reconhecer as tensões que atravessam o esporte adaptado de alto rendimento não diminui sua relevância social; ao contrário, fortalece a compreensão crítica sobre seu papel. O esporte pode ser instrumento de emancipação, mas somente quando articulado a políticas públicas consistentes, à democratização do acesso e à valorização da pessoa com deficiência para além da lógica do desempenho.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, conduzida com o objetivo de sintetizar evidências científicas acerca dos impactos do esporte adaptado de alto rendimento na vida de pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas.

A revisão integrativa foi escolhida por permitir a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos (empíricos, teóricos e revisões), possibilitando compreensão ampla e sistematizada do fenômeno investigado. O procedimento metodológico seguiu as

etapas propostas por Whittemore e Knafl (2005), compreendendo: (1) identificação do problema, (2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, (3) busca na literatura, (4) avaliação da qualidade dos estudos, (5) análise e categorização dos dados e (6) apresentação da síntese dos resultados.

Para garantir maior transparência e organização na seleção dos estudos, adotou-se como referência um fluxograma adaptado das recomendações do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), adequado à natureza integrativa da presente investigação.

A busca foi realizada entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026 nas seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES e Connected Papers. Foram utilizados descritores controlados e palavras-chave combinadas por operadores booleanos (AND/OR), nos idiomas português e inglês, tais como: “esporte adaptado” OR “adapted sport”; “alto rendimento” OR “high-performance sport” OR “elite sport”; “deficiência física” OR “physical disability”; “usuários de cadeira de rodas” OR “wheelchair athletes”; “inclusão social” OR “social inclusion”.

Os critérios de inclusão contemplaram estudos publicados entre 2000 e 2024, revisados por pares, disponíveis em texto completo, que abordassem especificamente o esporte adaptado em contexto de alto rendimento e investigassem impactos físicos, psicológicos ou sociais em pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas. Foram excluídos estudos voltados exclusivamente ao esporte recreativo ou escolar, artigos opinativos sem fundamentação metodológica explícita, produções não indexadas ou sem respaldo científico, bem como pesquisas centradas exclusivamente em deficiências sensoriais ou intelectuais.

A seleção ocorreu em três etapas: leitura dos títulos, leitura dos resumos e leitura integral dos textos potencialmente elegíveis. Inicialmente foram identificados 187 estudos. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, permaneceram 42 artigos para leitura completa, dos quais 21 compuseram o corpus final da análise.

Para a extração das informações, utilizou-se um instrumento previamente estruturado pelos autores, contemplando: autoria, ano de publicação, país de origem, delineamento metodológico, população investigada, modalidade esportiva analisada e principais resultados relacionados às dimensões física, psicológica e social.

A análise dos dados foi conduzida por meio de procedimento de categorização temática, com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo a organização dos achados em três eixos centrais: impactos físicos/fisiológicos, impactos psicológicos e impactos sociais.

Quadro 4. Síntese analítica dos estudos incluídos (n = 17)

Eixo Analítico	Estudos	Síntese das Contribuições
Fundamentação sociocultural da deficiência	D'Amaral (2008); Santos (2009); Monteiro et al. (2016)	A deficiência é construída socialmente por meio de estigmas e exclusão estrutural, demandando estratégias de ressignificação social e ampliação da cidadania.
Esporte como fenômeno sociopolítico	Tubino (2010); Oliveira et al. (2011); Vianna & Lovisolo (2011); Areias (2017); Diniz (2017)	O esporte contemporâneo ultrapassa o rendimento, configurando-se como direito social e instrumento de desenvolvimento humano e inclusão.
Origem e consolidação do esporte adaptado	Melo & López (2002); Marques et al. (2009); Costa et al. (2013).	O esporte adaptado emerge da reabilitação e consolida-se como espaço de alto rendimento e visibilidade social.
Impactos físicos e funcionais	Gomes et al. (2013); Bagnara (2010); Ribeiro (2009)	Evidenciam ganhos em força, controle de tronco, coordenação e capacidade cardiorrespiratória.
Impactos psicológicos e identitários	Brazuna & Mauerberg-DeCastro (2001); Slonski et al. (2013); Galatti (2017)	Construção da identidade atlética, fortalecimento da autoestima e percepção de competência.

Fonte: elaborado pelo autor (2026), a partir dos estudos incluídos na revisão integrativa

Esse processo possibilitou identificar convergências, recorrências e especificidades entre os estudos incluídos.

Quanto à avaliação da qualidade metodológica, considerou-se a consistência dos objetivos, a adequação dos procedimentos metodológicos, a clareza na descrição da amostra, os instrumentos utilizados e a coerência entre resultados e conclusões. Estudos com fragilidade metodológica evidente ou ausência de detalhamento técnico foram excluídos na etapa de leitura integral.

Reconhece-se como limitação da pesquisa a heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos, bem como a utilização de bases que podem conter produções com diferentes níveis de impacto científico, o que demanda cautela na generalização dos achados.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados evidência que o esporte adaptado de alto rendimento constitui um fenômeno multidimensional, cujos efeitos ultrapassam os limites do desempenho esportivo e alcançam aspectos físicos, psicológicos, sociais e identitários das pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas. Embora cada investigação tenha privilegiado dimensões específicas do fenômeno, observa-se elevada convergência entre os achados, permitindo compreender que o esporte de alto rendimento representa importante estratégia de inclusão social e de fortalecimento da cidadania.

No plano físico, os estudos analisados apontam ganhos consistentes relacionados ao aumento da força muscular, melhoria do controle de tronco, coordenação motora, equilíbrio, resistência cardiorrespiratória e maior independência funcional. Esses benefícios favorecem não apenas o desempenho competitivo, mas também a execução das atividades da vida diária, ampliando a autonomia dos atletas e reduzindo limitações decorrentes da deficiência. Gomes et al. (2013), Bagnara (2010) e Ribeiro (2009) demonstram que a prática sistemática do treinamento esportivo produz adaptações fisiológicas capazes de minimizar complicações secundárias associadas ao sedentarismo e às limitações motoras.

Entretanto, os resultados da revisão indicam que os maiores impactos produzidos pelo esporte adaptado não se restringem às alterações fisiológicas. A dimensão psicológica emerge como um dos aspectos mais recorrentes entre os estudos analisados. A participação em competições de alto rendimento favorece o fortalecimento da autoestima, da autoimagem e do sentimento de competência, permitindo que o atleta ressignifique sua relação com o próprio corpo. O corpo anteriormente percebido sob a ótica da limitação passa a ser reconhecido como um corpo potente, capaz de produzir desempenho, conquistas e reconhecimento social. Essa transformação subjetiva representa um dos principais mecanismos de enfrentamento do estigma historicamente associado à deficiência física.

Sob a perspectiva social, os estudos convergem ao indicar que o esporte adaptado amplia significativamente a participação dos atletas em diferentes espaços sociais, favorecendo processos de pertencimento, reconhecimento e construção da cidadania. A literatura evidencia que competições nacionais e internacionais, especialmente os Jogos Paralímpicos, contribuem para romper representações sociais negativas acerca da deficiência, conferindo maior visibilidade às potencialidades desses sujeitos. Nesse sentido, o esporte deixa de representar apenas uma prática corporal e assume papel político, cultural e social na desconstrução de preconceitos historicamente sedimentados.

Outro aspecto observado refere-se à construção da identidade esportiva. Diversos estudos demonstram que a inserção no esporte de alto rendimento favorece a constituição de uma nova identidade social, na qual a condição de deficiência deixa de ocupar posição central na definição do indivíduo. O sujeito passa a ser reconhecido prioritariamente como atleta, integrante de equipes esportivas, representante institucional ou nacional, deslocando o foco da deficiência para suas capacidades, competências e conquistas. Essa mudança identitária constitui importante mecanismo de inclusão e reconhecimento social.

Entretanto, a revisão também revela que tais benefícios não ocorrem de maneira automática nem alcançam igualmente todas as pessoas com deficiência. Os estudos apontam

que o acesso ao esporte de alto rendimento permanece condicionado à existência de políticas públicas consistentes, infraestrutura adequada, classificação funcional, recursos tecnológicos, financiamento e acompanhamento multiprofissional. Dessa forma, embora o esporte adaptado apresente elevado potencial inclusivo, sua efetividade depende da superação de barreiras econômicas, estruturais e institucionais que ainda limitam a democratização do acesso.

Observa-se ainda que a literatura recente vem deslocando a compreensão do esporte adaptado de uma perspectiva predominantemente reabilitadora para uma abordagem baseada em direitos humanos, inclusão social e desenvolvimento humano. Tal mudança representa importante avanço teórico, pois rompe com a concepção biomédica da deficiência e reconhece que os processos de exclusão decorrem muito mais das barreiras impostas pela sociedade do que das limitações corporais propriamente ditas. Nessa perspectiva, o esporte passa a ser compreendido como espaço de emancipação, participação cidadã e valorização da diversidade humana.

Em síntese, os resultados desta revisão integrativa demonstram que o esporte adaptado de alto rendimento configura-se como importante instrumento de promoção da saúde, fortalecimento psicológico e inclusão social de pessoas com deficiência física. Todavia, sua capacidade transformadora somente se concretiza plenamente quando articulada a políticas públicas permanentes, investimentos estruturais e ações que assegurem igualdade de oportunidades de acesso, permanência e desenvolvimento esportivo. Assim, mais do que formar atletas de excelência, o esporte adaptado revela-se um potente mecanismo de produção de cidadania, reconhecimento social e valorização da pessoa com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que haja avanços no que tange aos direitos da pessoa com deficiência, uma grande maioria permanece na condição de seres distintos e deslocados para a margem da sociedade. Frente a esta questão, o presente estudo teve como objetivo sondar os efeitos dos esportes adaptado de alto rendimentos na vida dos cadeirantes. A literatura revisada mostrou que por terem os deficientes físicos restrições em sua mobilidade e independência, muitos, seja por preconceito ou descaso, não conseguem exercer plenamente sua cidadania e permanecem sendo submetidos a uma vida de exclusão. Mas, estratégias estão sendo desenvolvidas e empregadas para promover a integração social dessas pessoas e a eliminação da imagem de inatividade que afeta todos os deficientes.

Assim, conclui-se que os esportes adaptados de alto rendimento representam sem dúvida, uma via de inclusão social dos cadeirantes e uma significativa possibilidade de reabilitação física e mental e de fortalecimento do sentimento de autorrealização, autoconfiança e de satisfação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ligia Assumpção. Integração social e suas barreiras: **Representações Culturais do Corpo Mutilado**. Rev. Ter. Ocup. USP, vol. 2, n. 4, 1991.

ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes; OLIVEIRA, Anne Gabriele Camargos de; DRAGO, Rogério. **Processos de inclusão, exclusão, vulnerabilidade e estigmatização do público-alvo da Educação Especial: um ensaio teórico**. Artefactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia, v. 23, n. 01, 2024.

D'AMARAL, Teresa Costa. Por um novo compromisso social. In.: Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Inclusão social da pessoa com deficiência: **medidas que fazem a diferença**. 1ª ed., Rio de Janeiro, 2008.

AREIAS, J. H. Esporte e cultura: **a influência da prática esportiva na sociedade**. Publicado em mar. de 2019.

BAGNARA, I. C. Educação Física e esporte adaptado para pessoas com deficiência física. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, ano 15, n. 148, Septiembre, 2010.

BARRETO, Nilda Martina Oliveira. **A deficiência sob o olhar dos direitos humanos**. Artigo [Especialização em Direitos Humanos e Cidadania Universidade Federal do Pampa, 2014

BARROZO, A. F.; PORTELA, H. A. C.; VIANNA, D. C.; OLIVEIRA, J.; KHOURY, L. P. et al. **Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, vol. 12, n. 2, 2012.

BAUER, Florence. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), abril, 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>
Acesso em: 23/06/2026a.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>
Acesso em: 23/06/2026b.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.
Acesso em: 23/06/2026c.

BRASIL. Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/06/2026d

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/06/2026e.

BRAZUNA, M. R.; MAUERBERG-DECASTRO, E. **A Trajetória do Atleta Portador de Deficiência Física no Esporte Adaptado de Rendimento. Uma Revisão da Literatura. Revista Motriz, vol. 7, n. 2, jul./dez., 2001.**

COSTA, A. A.; MARQUES, R. F. R.; PENA, L. G. S.; MOLCHANSKY, S.; BORGES, M. et al. **Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. Rev Bras Educ Fís. Esporte, São Paulo, vol. 27, n. 4, out./dez., 2013.**

DANTAS JUNIOR, H. S. **A esportivização da educação física no século do espetáculo: reflexões historiográficas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 29, mar. 2008.**

DINIZ, C. C. R. G. A Legislação Federal sobre esporte. **Revista Legislação sobre o Esporte, n. 257, Brasília, 2017.**

GALATTI, Larissa Rafaela. AFEs, Desenvolvimento Humano e Esporte de Alto Rendimento. **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2017.**

GOMES, Ana Luísa Castelo Branco; GOMES, Abel Barbosa de Araújo; SANTOS, Heleodório Honorato dos; CLEMENTINO, Adriana Carla Costa Ribeiro. **Habilidades motoras de cadeirantes influenciadas pelo controle de tronco. Revista Motriz, Rio Claro, vol. 19 n.2, abril/junho de 2013.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com Deficiência 2022. Rio de Janeiro, 2023.**

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença. Rio de Janeiro: IBDD, 2008.**

LIMAS, D. A importância da prática esportiva para pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.vidamaislivre.com.br>. Acesso em: 06 de mar. 2026.

MARQUES, R. F. R.; DUARTE, E.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, J. J. G.; MIRANDA, T. J. **Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, vol. 23, n. 4, out./dez. 2009.**

MARQUES, Renato. **Esporte: ferramenta de inclusão. Publicado em março de 2005.**

MELO, A. C. R.; LÓPEZ, R. F. A. **O Esporte Adaptado. Revista Digital, Buenos Aires, ano 8, n. 51, ago. 2002.**

MONTEIRO, C. M.; SALES, J. J. A.; SALES, R. J. A.; NAKAZAKI, T. G. **Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, vol. 2, n. 3, maio, 2016.**

OLIVEIRA, A. A. N. **O esporte como instrumento de inclusão social: um estudo na Vila Olímpica do Conjunto Ceará. (Monografia, Especialização em Esporte Escolar). Centro Educacional a Distância da Universidade de Brasília, 2007.**

OLIVEIRA, P. F. A.; DUTRA, M. T. SALES, M. P. M.; ASANO, R. Y.; SOTERO, R. C.; CUNHA, V. N. C. **A importância do esporte como política pública no Brasil. Revista Digital, Buenos Aires, ano 16, n. 162, nov., 2011.**

PEREIRA, R.; OSBORNE, R.; PEREIRA, A.; CABRAL, S.I. **A importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: Um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant – Brasil. Revista Motricidade, v. 9, n. 2, abr., 2013, p. 95-106.**

QUINTÃO, D. T. R. **Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. Revista Psicologia & Sociedade, vol. 17, n. 1, janeiro/abril, 2005.**

RIBEIRO, Sônia Maria. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física. (Tese Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, 2009.**

SANTOS, Ronald Pereira dos. **Inclusão da pessoa com deficiência. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz: UFMA, 2009.**

SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. **Deficiência Física. Brasília/DF: MEC, 2007.**

SCHWARZ, A.; H. J. **População com deficiência no Brasil: fatos e percepções. Coleção Febraban de Inclusão Social, ago. 2006.**

SILVA, J. L. P.; PONTES, J. A. M. **A importância do esporte para o desenvolvimento social: uma análise do incentivo de programas federais. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz: UFMA, 2013.**

SLONSKI, E. C.; SOUZA, W. C.; SOUZA, W. B.; GRZELCZAK, M. T.; MASCARENHAS, L. P. G. **O esporte adaptado como instrumento na sociabilidade da pessoa com deficiência. Revista Digital, Buenos Aires, ano 18, n. 180, mayo, 2013.**

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.**

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 285-96, abr./jun. 2011.**

WIKIPÉDIA. **Fair play (esportes)**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>.
Acesso em: 25 de out. 2026.